MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 12 — 11 MARÇO 1975 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR "O SECULO" FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRAFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

EDITORIAL

RESOLVER A CONTRADIÇÃO CIDADE — CAMPO

Sobre o pano de fundo global em que, neste país, se desenrolam os conflitos sociais resultantes das contradições do tipo de sociedade em que nos inserimos, outras lutas, a refletirem contradições, de outra ordem afloram — e para as quais há que se estar desperto.

Uma das contradições, patente a todos nós, e que assume relevo fundamental, é o fosso existente em Portugal entre o campo e as cidades.

Embora essa distorsão fosse conhecida, e até considerada como uma fatalidade histórica, as campanhas de dinamização cultural levadas a efeito pelas Forças Armadas revelaram-na em toda a sua grandeza. Essas campanhas mostraram bem a verdadeira face de um amplo interior colonizado até à exaustão, pelas metrópoles litorais, onde se acolhem e montam os seus quartéis generais os herdeiros dos terratenentes por quem, na reconquista, foi distribuído o território nacional.

Em termos de superfície reflete-se no nosso País a contradição global dos países ricos face aos países pobres. É como se nos encontrássemos perante um imperialismo (de segunda ordem, mas não menos cáustico), das cidades sobre o campo, em que este — representado pelo campesinato e pequenos proprietários — se vai auto-exaurindo (na medida em que é utilizado em relações nítidas de espoliação) como força de trabalho que alimenta as cidades.

Este facto explica linearmente a proverbial desconfiança do homem do interior face ao homem da cidade; por vezes, a sua não compreensão pelas lutas empreendidas por trabalhadores que dispõem do dobro ou mais do seu rendimento; a sua posição contrária àqueles que, boa verdade, constituem uma autêntica aristocracia do trabalho.

Constituindo a população do interior de Portugal a classe mais desfavorecida da população portuguesa, é nela que, prioritariamente, pensa o Programa do Movimento das Forças Armadas.

Grande parte das mais valias que vêm sendo arrecadadas pelos elementos das classes dominantes devem dirigir-se, em primeiro lugar, para o campo, melhorando radicalmente as condições de vida no interior.

É toda uma estratégia de desenvolvimento a rever. E é na resolução desta contradição que devem fixar-se imediatamente os responsáveis. Se assim não for, se essas mais valias continuarem a ser prioritariamente atribuídas ao país urbano, corre-se o risco de aprofundar o fosso entre o Portugal-litoral e o Portugal-interior.

Então o campo não compreenderá a justiça da revolução e ficaria em condições de, empurrado pela reacção (por aqueles que não estão interessados em qualquer espécie de justiça e apenas pretendem não perder os chorudos privilégios que auferem), ficariam em condições de, repetimos, se levantar contra as cidades, fazendo voltar atrás o processo revolucionário em que nos encontramos empenhados. E a história ensina-nos que, em Portugal, nenhuma revolução venceu a médio prazo, porque nunca foi capaz de ultrapassar o seu carácter urbano e, pelo seu espraiar interior, transformar-se de facto em movimento popular.

A comparticipação activa dos trabalhadores portugueses (dos campos e das cidades), no desenvolvimento das linhas orientadoras do Programa de Política Económica e Social — retirando dele todo o dinamismo progressista que contém —, será a todos os títulos importante para a resolução das contradições diversas (nomeadamente a campo-cidades) da sociedade em que ainda vivemos. Tal comparticipação pressupõe, no entanto, o avançar-se rapidamente na difinição e aplicação de estruturas de participação popular a todos os níveis — estruturas que sejam o embrião de um tipo novo de democracia (política e económica) e de um novo tipo de administração regional e local.

O desenvolvimento do processo revolucionário exige que se tenha em conta o país real: ou seja, a necessidade de resolver as contradições da sociedade portuguesa, não apenas a nível de explorado-explorador, mas também a nível país litoral (rico) — país interior (pobre).

A REACÇÃO E A VIGILÂNCIA

Principal obstáculo ao desenvolvimento e avanço do processo revolucionário em curso, a reacção não desiste dos seus intentos de sabotagem e divisão.

Todos os meios são lícitos, todos lhe servem — a calúnia, o boato, a mentira, a sabotagem económica.

Nos últimos tempos, as actividades contra-revolucionárias são manifestas e aumentaram de intensidade; a impotência dos reaccionários manifesta-se pela baixeza das suas campanhas.

Os panfletos anónimos (ou não...), são uma arma abundantemente utilizada. Recentemente aumentaram de número, e não é estranho a esse facto o próximo acto eleitoral. Todos eles são unânimes no ataque ao M. F. A. e ao Governo Provisório bem como às forças progressistas, destilando cuidadosamente calúnias fáceis e gratuitas, fixando-se nessa arma incapazes do debate franco e frontal; os fascistas sempre foram incapazes de um encarar pela frente, o consulado de 48 anos demonstra-o sobremaneira.

Campanhas de insinuações veladas (ou descaradas) contra o M. F. A. estão na ordem do dia encontrando eco, infelizmente, em certa imprensa estrangeira e nacional que assim se torna cúmplice nessas manobras. A imprensa regional, controlada em parte por reaccionários sem outro objectivo que não seja a sabotagem da Revolução, contribui de maneira notável para a alienação dos seus leitores, publicando mentiras inventadas em Portugal ou importadas dos centros mundiais especializados nesse tipo de actividades.

A par disso, certa imprensa estrangeira controlada pelo imperialismo, lança a sua quota parte de atoardas com um atrevimento tal que causa espanto e indignação, tal o teor dos insultos lançados sobre o Povo Português

É nos jornais regionais portugueses (em alguns, mais propriamente) que essa imprensa estrangeira encontra eco, chegando-se ao cúmulo de se transcrever as passagens mais reaccionárias dos mais reaccionários periódicos de além fronteiras, colaborando assim na campanha que a reacção mundial desencadeou com o objectivo confesso de liquidar a nossa Revolução.

Quem está interessado em impedir o avanço do processo revolucionário em Portugal?

Quem e ao serviço de quem, ousa sabotar a construção da Democracia na nossa Pátria?

O 25 de Abril não agradou a muita gente, como é natural. Não agradou aos que, no nosso país exploraram impunemente o nosso povo durante tantos e tantos anos.

O 25 de Abril não agradou aos "trusts" internacionais, bem como à sua política de exploração da mão de obra barata.

O 25 de Abril não agradou aos colonialistas e neocolonialistas, que viram assim terminar o seu reinado de opressão e exploração sobre os povos das colónias.

O 25 de Abril não agradou aos que sempre impediram a organização dos trabalhadores que hoje lutam das mais variadas formas pela construção de uma sociedade mais justa.

Sao precisamente todos estes, que hoje se recusam a aceitar a ordem democrática e a legalidade revolucionária esperando talvez virem a recuperar os antigos privilégios. Visam em primeiro lugar separar o Povo e o M. F. A., dividir ambos, dividir para vencer; enganam-se porém. A vigilância revolucionária não abranda nem pode abrandar.

As aventuras contra revolucionárias custam caras, como aconteceu recentemente na Grécia; os saudosistas não têm futuro.

Ontem como hoje, hajam as manobras que houverem e de onde vierem, o regresso ao passado não é obra fácil para os reaccionários. Ponham as máscaras que puserem, a unidade Povo-M. F. A. será a mais sólida garantia de que a reacção será impedida de actuar.

A vigilância revolucionária é um dever e uma obrigação para com a Pátria.

O PROBLEMA DOS QUADROS

Uma das heranças mais tristes que recebemos do tempo que passou em 25 de Abril, foi, sem dúvida, a dos quadros considerados a todos os níveis e em todos os sectores, e a da maneira como eles foram sempre seleccionados. Pode dizer-se que, nos últimos cinquenta anos, se produziu uma lamentável inversão de valores por escolha negativa ou prevertida formação.

Não! Não estamos a exagerar nem a dramatizar. Os quadros que tinhamos são os que temos, e ainda vai passar muito tempo até que as escalas de valores enquadrantes se recomponham de acordo com as necessidades.

Começou tudo pelo conceito manifestamente errado e intencionalmente aplicado, de que o chefe que convinha era aquele que servia a hierarquia de baixo para cima e não a que a podia servir de cima para baixo. Quer dizer. Em vez dos chefes se escolherem e fazerem para servir os interesses dos subordinados, seleccionavam-se e formavam-se com o propósito de levarem os subordinados a servir da melhor maneira os interesses dos escalões superiores.

O são-critério, ao invés de ser senso de justiça e de oportunidade, deu lugar ao simples bom-senso, ao oportunismo e à cega obediência.

A integridade, indispensável ao prestígio da chefia, passou a ser aparência, discressão, ciosa defesa de classe.

A decisão, intimamente ligada ao amor à responsabilidade, foi praticamente banida como condição de promoção, a menos que se fizesse acompanhar por suficiente falta de firmeza ou de personalidade.

Finalmente, a fidelidade aos princípios foi intransigentemente exigida. Só que os princípios, em vez de verdadeiros princípios humanos e cívicos, foram habilmente substituídos por conceitos e preconceitos de teor doutrinário muito duvidoso.

Assim aconteceu a todos os níveis e em todos os sectores da vida portuguesa, quase sem excepção e de forma quase irremediável, a ponto de, face a uma revolução transcendente, a reacção imediata ter sido praticamente nula.

Dir-se-á, então, como foi possível a revolução, e porquê a reacção que, depois, teimou — e teima — em prolongar-se.

A revolução foi possível porque a luta mantida na clandestinidade e a guerra colonial descaradamente declarada, apurou quadros capazes de se conjurarem e despertou faculdades positivas de chefia, potencialmente existentes nos quadros mais novos. Assim, foi possível derrubar um sistema que parecia invencível.

Contudo, se a inoperância dos quadros anteriores concretizou essa possibilidade, a situação criada e derivada duma carência real de enquadramento, permitiu à reacção garantir a sua continuidade no tempo, mais ou menos passiva, mas, nem por isso menos incómoda, ou, até, perigosa.

E a verdade é que essa reacção aproveita ainda das deficiências dos

(Continua na pág. 7)

Neste número:

- *Análise global da campanha de dinamização cultural*
- *Funções das F. A. e a consequente formação de quadros*
- *Vasco Gonçalves fala ao país*

TEMAS MILITARES

EXIGIR RESPONSABILIDADES AOS RESPONSÁVEIS

1. É muito mais difícil comandar pessoas esclarecidas, determinadas num ideal, ávidas de conhecerem as razões que estão na base de certas decisões, do que comandar pessoas abúlicas, inconscientes, passivas, automatizadas por anos e anos de servil subserviência.

Os Comandantes do novo Exército deverão, em todos os escalões estar permanentemente a par dos sentimentos, anseios e aspirações dos seus subordinados; terão que desenvolver múltiplas acções de esclarecimento educativo, por forma a canalizarem o ímpeto dinâmico dos seus subordinados no sentido dos interesses nacionais; terão que alertar os seus comandados para os limites impostos pelas condições concretas em que se vive, definindo e decidindo em cada momento o que é adequado fazer.

A interacção dinâmica entre Comandantes e comandados será a regra básica de Comando no novo Exército.

2. Nem sempre haverá tempo e muitas vezes não será oportuno (por razões de segurança militar sempre ligadas, em última instância, com a segurança nacional) explicar a quem tem que cumprir as causas que originaram determinada ordem.

Isto não pode ser razão para contestação permanente, para desconfiança, para dúvidas que minam o moral e a coesão das unidades militares.

Ao Comandante é cometida responsabilidade por tudo o que se faz ou deixa de ser feito numa unidade. Sendo ele o primeiro responsável é a ele que os problemas, as questões, os anseios, as dificuldades, as sugestões devem ser colocadas. Será o Comandante quem recolhe todos os dados que os subordinados apresentam, faz sobre eles reagir as ordens e determinações superiores, e, por fim, decide.

É a sua decisão terá que ser cumprida custe o que custar. A sua decisão não pode ser boicotada. A sua decisão corresponde à decisão do Movimento das Forças Armadas para o caso que estiver a ser considerado.

3. O Exército já dispõe neste momento de mecanismos de informação que farão chegar aos Comandos dos escalões superiores e, até, aos mais altos responsáveis, as decisões dos Comandantes que forem considerados inconvenientes.

As Equipas de Informação Interna das Unidades; os Conselhos de Unidade; os Conselhos Regionais e o Conselho do Exército são os organismos adequados para que os subordinados de todas as patentes e idades as façam chegar aos níveis superiores de decisão. Compete a estes níveis — no seu âmbito de responsabilidade e após averiguação conveniente — tomar as medidas necessárias, usando os regulamentos em vigor que servem as estruturas militares (e que não são servidos por essas mesmas estruturas), para colocar no seu lugar os Comandantes que tiverem actuado contra os interesses do M. F. A., ou seja contra os interesses do País.

4. Mas as tomadas de posição haverão de resultar da eficiente utilização dos mecanismos de informação já instituídas.

Não às ultrapassagens, muito embora feitas na melhor das intenções de colaborar com o M. F. A.

Sim à responsabilidade; sim à competência; sim à actuação firme no sentido de fazer corresponder a hierarquia formal à hierarquia da competência.

5. A ultrapassagem dos órgãos criados e em funcionamento para fazer chegar aos escalões superiores o que se passa nas unidades não favorece, de modo algum, que se concretize aquilo que todos queremos: uma verdadeira hierarquia de competência.

Nomeado um Comandante, ele tem que ser totalmente responsável por quem comanda. É a esse Comandante que o Movimento das Forças Armadas exige responsabilidades. Para isso o Movimento das Forças Armadas confere-lhe toda a autoridade que precisa para cumprir a sua missão.

Tal como o uso de manobras de ultrapassagem dos mecanismos de informação e decisão contraria a coesão do Exército, também a abdicação dos Comandantes que, ou não tomaram em devida consideração as opiniões dos seus subordinados, ou não usam com firmeza os poderes de que são investidos, também esta abdicação contraria os interesses do Movimento das Forças Armadas.

6. O Movimento das Forças Armadas exige que os responsáveis assumam efectivamente as suas responsabilidades.

A CONSCIÊNCIA DOS QUADROS

Não nos podemos esquecer que os quadros formados nos últimos quarenta e oito anos se fizeram numa ditadura e não de e para uma democracia. Assim, mesmo quando o queiram, podem não saber proceder democraticamente.

É no enquadramento que reside a grande diferença entre um regime autoritário e um regime do povo, ou seja, um regime em que o povo tem voz activa. Na ditadura, todo o enquadramento é orientado, formado e obrigado a servir com os olhos postos nos escalões que lhe ficam por cima. Na democracia, pelo contrário, é com os olhos postos nos escalões subordinados que os quadros têm que trabalhar, auscultando os seus anseios, registando as suas exigências, vivendo os seus problemas e tomando em conta a sua vontade.

Ora o que acontece numa mudança brusca dum sistema para o outro, é que os quadros não podem ser todos eliminados, nem tão pouco desaproveitados os que sejam porventura mais válidos do ponto de vista humano. Há faculdades intrínsecas de chefia. E há conceitos de direcção ou de comando que, numa conjuntura como aquela, têm que ser forçpsamente postos de parte e rapidamente substituídos por outros, novos, diferentes, específicos da nova ordem social.

Após uma revolução como a nossa, impõe-se, portanto, o saneamento rigoroso de quantos o mereçam por razões de falta de idoneidade moral ou profissional, ou de quantos por ideologia própria ou inadaptação às novas concepções, tenham mesmo que ser afastados. Não pode haver contemplação a este respeito por muita consideração que mereçam as pessoas e serviços que tenham prestado.

Uma revolução não é uma brincadeira de crianças — por mais jovens que sejam os seus militantes —. É antes algo de muito sério porque bole precisamente com as estruturas, que não apenas tem de derrubar, mas de, simultaneamente, renovar. E não há estruturas sem enquadramento, nem quadros devidamente preparados para a nova ordem, bastantes e capazes para uma renovação total e criação de novas estruturas formativas.

Há portanto que aproveitar aqueles que menos deformados pelo sistema anterior, sejam capazes de vencer o seu egoísmo mental e de sobrepor-se a si mesmos como pessoas, adaptando-se à nova posição e situação, com verdadeiro sentido de utilidade e de participação no processo revolucionário. Assim se irão recompondo as escalas de valores, e enquadrando como deve ser, as estruturas democráticas.

Quando tratamos, pois, de quadros democráticos, já é em termos de democracia que fazemos as nossas exigências, se bem que tenhamos de admitir que, por muito tempo ainda, haja — por ignorância ou falta de hábito — falhas de procedimento.

Essas falhas são, no novo processo, mais facilmente detectadas pelos "subordinados" do que pelos "superiores", com todos os riscos de perturbação e desentendimento que, à medida que aqueles se politizam e avançam nas concepções ideológicas, não podem deixar de ocorrer, sobretudo se os segundos não evoluirem na sua mentalidade. Por isso não chega o compromisso e a adaptação aos princípios revolucionários. É preciso que haja um progressivo desejo — de aperfeiçoamento e de compreensão. A não haver, terá o saneamento — por afastamento ou reclassificação — que continuar "sine dia".

Para facilitar a acção conjunta dos quadros militares, foram criados na Armada comissões de bem-estar; na Força Aérea, os gabinetes de esclarecimento e bem-estar; e, no Exército, as equipas de informação interna e relações públicas. Entendemos que não é apenas no âmbito das Forças Armadas que interessam estes órgãos de dinamização e esclarecimento, mas em toda a parte onde haja pessoas a dinamizar e a esclarecer — já organizadas ou ainda não — que precisem de agitar-se e de saber bem o que querem e o caminho melhor para o conseguirem.

Assim, ao contrário da acção psico-social que tão bem conhecemos e que pretendia convencer psicologicamente e por aliciamento esmoler quantos era preciso influenciar para ideias canalizadas, os órgãos agora instituídos, destinam-se, honestamente, a abrir os olhos de toda a gente, seja quem for e onde estiver, para os seus direitos e dignidade a que tem jus.

E é deste modo que — voltando às Forças Armadas — se dá ao soldado, ao cabo, ao sargento, ao oficial de qualquer patente, voz activa para reclamar direitos — militares e humanos — que a democracia lhe garante.

Nesses órgãos, todos estão representados por membros designados por eleição livre e secreta de cada sector, com voto igual nas respectivas assembleias ou sessões, e plenos direitos de expressão e de contribuição para a ordem dos trabalhos.

Tudo é feito e registado de baixo para cima por forma que nada possa ser retido no seu andamento.

Tudo é tratado, estudado e resolvido em comum, de maneira que nada possa ser esquecido ou ignorado.

Reconhece-se que — tanto no meio militar como no civil — não será fácil a quadros nados e forjados em termos de dirigismo, paternalista ou, quando muito, caritativo, aceitar esta nova maneira de comandar ou chefiar, mas a verdade é que só assim é que se pode construir uma nova ordem que seja democrática, na ideia de governo do povo, para o povo e pelo povo.

E será só assim que se poderá dar satisfação aos anseios de toda a gente, independentemente da posição ideológica que cada um ocupe, ou das concepções que tenha sobre os seus próprios problemas ou das estruturas em que, em permanência ou por obrigação cívica, tenha que estar eventualmente a prestar serviço.

Este parece ser o caminho único para se chegar aos novos conceitos por que nos batemos duma disciplina consentida e de uma hierarquia que seja respeitada pela sua própria valia.

Que os quadros que temos tomem disso consciência.

UMA PERSONALIDADE REVOLUCIONÁRIA

Ser revolucionário não é só fazer eclodir a revolução; tomar parte no derrube do poder vigente; e, depois, ficar platonicamente à espera dos resultados. Será sempre preciso continuar, manter a luta, prosseguir até às metas finais do processo posto em movimento.

Fazer uma revolução só para derrubar, só para destruir, só para acabar com um poder e um sistema de vida, sem vontade, capacidade e trabalho para instituir outro que o substitua, pode dizer-se que é criminoso, porque conduz a nada!...

O verdadeiro valor do revolucionário não está, pois, no mérito dos actos que cometeu, na coragem com que se empenhou, nos riscos que se dispôs a correr — ou que correu — nas incertezas por que porventura passou para começar.

O revolucionário tem que possuir — de facto — uma personalidade re-

(Continua na pág. 7)

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Do "ALTO FALANTE", da Comissão de Bem-Estar da O. M. R. da Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações (Armada), transcrevemos a passagem intitulada *"Eleições para as constituintes":*

Camarada de armas, tenta esclarecer-te.

A hora que se aproxima é importantíssima.

Mas como ficar esclarecido?

Pois tens vários processos: lê atenciosamente o Programa do M. F. A. E todos os seus comunicados que ao longo da jornada têm sido emitidos. Participa na vida associativa da Armada, não percas as reuniões das várias classes. Analisa bem a apaixonante Operação Nortada e retira dela os elementos necessários do que foi essa empolgante escalada de esclarecimento. Faz uma apreciação à campanha cultural do M. F. A. Lê atenciosamente os Estatutos dos partidos políticos. Participa em comícios e assembleias de esclarecimento. Lê jornais (não esqueças o Boletim Informativo do M. F. A.).

Lança a teus camaradas vários temas para discussão construtiva. Troca opiniões.

E se quiseres conta com os nossos fracos recursos, pede-nos esclarecimentos, pois se nos for possível o *"Alto Falante"* pode dizer umas coisas; mas conta com o nosso apartidarismo. Nossa linha é só uma, defesa dos supremos interesses da Nação e do Programa do M. F. A.

Sensivelmente melhorado, recebemos o n.º 3 de "AQUI MONSANTO", do G. D. A. C. I. da Força Aérea:

Missão realizada pelo Movimento das Forças Armadas e pela Secretaria de Estado da Emigração junto das comunidades de emigração portuguesa na R. F. A., entre 7 e 20 de Janeiro de 1975.

1 — Efectuada uma missão de estudo e informação nas áreas de emigração portuguesa na R. F. A., permaneceram nesta, de 7 a 20 do mês corrente, o Major de Cavalaria Moniz Barreto, da Comissão Central de Dinamização Cultural e Acção Cívica, e o Dr. Gouveia Homem, Técnico da Secretaria de Estado da Emigração.

2 — Foram contactados quase 80 % das comunidades ali existentes, num percurso efectuado de Sul para Norte, por um itinerário que totalizou aproximadamente 3000 quilómetros. Efectuaram-se 27 sessões, 19 reuniões e 17 visitas a locais de trabalho e habitação colectiva, o que somaria cerca de 141 horas úteis de trabalho.

3 — Embora a missão tivesse apenas por fim a colheita e a contrastação de dados que permitissem o correcto equacionamento da problemática existencial encontrada, não pôde escusar-se, por outro lado, em conjugação com aquele objectivo, a intervenção permanente em actividades de dinamização cultural e esclarecimento político.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

ANÁLISE GLOBAL DA EVOLUÇÃO DA CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Reconheceu-se que sem o risco de abdicarmos da responsabilidade exigida pelo momento histórico, não podíamos nós Forças Armadas deixar de ir junto ao povo português, esclarecer as razões do 25 de Abril, denunciar as incapacidades de um Governo que a tal levou e tentar através dos meios de animação cultural despertá-lo para uma vida associativa.

Surgiu portanto a Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, estendida a todo o país, aproveitando-se a existência de Regiões Militares que mobilizaram as suas unidades para o efeito.

DUAS MIL SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Realizaram-se no âmbito desta Campanha cerca de 2000 sessões. Paralelamente ao trabalho continuado realizado pelas unidades dependentes das várias regiões militares, e no sentido de reforçar a sua acção, efectuaram-se outras operações com características especiais; nos Distritos da Guarda e Castelo Branco com equipas constituídas por militares dos 3 ramos; no Nordeste com o Batalhão de Comandos n.º 11; no Minho com o Regimento de Caçadores Pára-quedistas e Base Aérea n.º 3 e outra com a Força de Fuzileiros do Continente; pela sua importância refere-se um fim de semana cultural realizado pela Comissão Regional do Porto, no Palácio de Cristal. Prepara-se uma Campanha deste tipo para uma acção a levar a cabo nas ilhas dos Açores, estando previsto pela Marinha uma série de contactos com as povoações Ribeirinhas.

Junto aos nossos emigrantes demasiado tempo esquecidos, realizaram-se sessões em França, preparando-se outras em Inglaterra, Suíça e Alemanha a curto prazo, pensando-se contudo em visitas prováveis a outros países onde trabalhem portugueses.

A CAMPANHA E OS PARTIDOS

Um dos objectivos prioritários desta Campanha era a coordenação e apoio de todas as associações culturais que de algum modo possam ter sobrevivido às agressões fascistas à inteligência, e tentar revitalizar uma cultura popular fora da óptica lisboeta e folclorista. O modo como os meios de animação cultural foram utilizados nesta Campanha terão correspondido aos fins a que se destinavam? Esta questão parece-nos de difícil resposta pois reconhece-se que meios trazidos de fora para actuarem numa dada Região, não terá resultados imediatos se pensarmos em zonas economicamente frágeis a quem tais espectáculos pouco dirão; no entanto bastantes casos concretos garantiram que algo se conseguiu desde o ressurgimento ou criação de cine-clubes, filarmónicas, agrupamentos de teatro, centros culturais, etc.

É evidente que não se pretende levar cultura, mas o que se deseja é criar a vontade de fazer algo, é abrir caminhos, lembrando aos portugueses o seu potencial criador.

Outro objectivo importante era permitir uma abertura aos partidos políticos. Sabíamos que a discussão política não era prática permitida. Uma propaganda subtil afastou gradualmente os portugueses dos partidos que lutavam na clandestinidade, criando-lhes tais fantasmas que hoje subsistem e que tornam impossível uma saudável troca de impressões.

Víemos encontrar em algumas regiões os partidos com falta de quadros, preocupados com uma luta eleitoralista e que deste modo não se encontravam aptos a prestar um tipo de esclarecimento com um carácter tão objectivo como a desinformação política do nosso povo exigia.

É necessário debruçarmo-nos sobre a razão de ataques dirigidos por alguns partidos à Campanha de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico.

Alguns partidos utilizam individualidades locais que se encarregam da difusão da sua ideologia. Acontece que em algumas sessões a sua importância ou acções são diminuídas ou desmascaradas, ou ainda porque alguns se sentem atingidos nos seus privilégios quando a população se sente capaz de reivindicar, animada pela presença das Forças Armadas. É claro que deste modo surgem as distorções e a crítica que por vezes terão fundamento, por erros cometidos, que são nossos; todavia não seguimos modelos pela simples razão que não os havia; podemos de facto dizer que os propósitos e acção destas Campanhas reflectem uma mentalidade própria, um humanismo português, a que não falta um certo idealismo, mas que pensamos ser uma contribuição nacional para a causa da Paz e Democracia.

UMA INFORMAÇÃO QUE NÃO CHEGA

A inclusão de elementos civis nas Comissões Dinamizadoras, com os objectivos conhecidos de prestigiar os organismos de Estado, partidos políticos ou associações cívicas, também por vezes não correspondeu às previsões esperadas. Verificou-se a infiltração de oportunistas em alguns casos, noutros a qualidade da colaboração não justificou a intenção. No entanto e conforme já se afirmara não podemos inventar um povo e os defeitos que observamos reflectem as contradições da nossa sociedade; o que se não pode negar é de um modo geral o valor da sua colaboração não só em assuntos técnicos, como culturais ou políticos. Portanto os fins que pretendiam atingir foram neste caso satisfatoriamente conseguidos.

Ao analisarmos os resultados destas Campanhas ressalta imediatamente que o fascismo deixara em alguns aspectos marcas muito mais profundas do que supunhamos.

A distorção política da população motivada por enormes carências de informação; encontraram-se locais onde só chega a Emissora Nacional e mesmo esta é ouvida por poucos. Por esta razão grande número de portugueses ainda vive na dependência económica, política e religiosa daqueles que sempre lhes escamotearam os meios para uma tomada de consciência política. A transformação das estruturas, a confiança que se transmitiu foi alguma coisa que ficou no espírito desses portugueses por onde passaram as Forças Armadas.

É URGENTE RESOLVER OS PROBLEMAS DETECTADOS

Encontramos regiões onde existe um confirmado sub-desenvolvimento. Há carências primárias na habitação, estradas, electrificação, águas, esgotos, escolas, saúde. A consequência imediata deste levantamento efectuado, foi que gradualmente as sessões de esclarecimento se foram transformando em sessões onde a população apresentava as suas queixas, criando nas Forças Armadas a consciência que era urgente dar respostas, caindo-se em compromissos que levariam ao assumir de uma outra fase que se falará ainda hoje — a acção cívica das Forças Armadas.

Os meios de comunicação têm procurado fazer a cobertura da Campanha; no panorama internacional o interesse é grande não isento de uma certa perplexidade e expectativa; no âmbito nacional alguns parecem não ter entendido os objectivos prioritários, nem uma correcta utilização das suas potencialidades como a TV e alguma imprensa; outros como algumas estações radiofónicas procuram fazer reportagens objectivas; na cobertura de algumas destas operações salienta-se a acção esforçada do S. I. P. F. A.

BALANÇO: OS ASPECTOS POSITIVOS ...

Se quisermos enveredar agora por uma espécie de Balanço ao trabalho efectuado não podemos deixar de referir como muito positivo o contacto conseguido entre as Forças Armadas e o Povo; o esforço desenvolvido para uma abertura política; a tomada de consciência colectiva do país real, o que se aprendeu, o que nós militares ganhamos em experiência, na certeza com que ficamos que a nossa proposta de democratizar através do diálogo, é possível; o levantamento efectuado em todo o País, que deu a possibilidade de recolhermos elementos que irão transmitir aos organismos de estado, a arrancada para acompanhar estas acções.

... E OS ASPECTOS NEGATIVOS

Como alguns pontos negativos devemos salientar alguns erros cometidos: assim ao usarmos uma linguagem que denote impreparação, imaturidade política, pouca inteligência na compreensão dos problemas locais, podemos criar um estado de agitação, explorado por elementos reaccionários que dela expurgam o que lhes não convém, realçando o que possa ter desagradado ou agredido a população. É portanto necessário utilizar uma linguagem clara que ultrapasse a falta de compreensão ou reserva não vencida das populações. No entanto é oportuno referir que o nosso apartidarismo não pode ser inócuo, nem reflectir ingenuidade política pois de acordo com o momento histórico a linguagem utilizada deverá ser revolucionária.

Outros importantes aspectos que se podem considerar negativos são: as assistências normalmente muito numerosas dificultam a comunicação de meios de animação como o teatro, a realização de sessões que por não terem continuidade, permitem uma rápida recuperação daqueles que não estão interessados na modificação do stato quo, a expectativa criada em torno de compromissos assumidos verbalmente e que não sejam satisfeitos num prazo razoável e finalmente erros cometidos por má avaliação de condicionalismos locais.

É sensato no entanto não sobrestimar os objectivos destas Campanhas; dinamizar, entende-se por ajudar a seguir um caminho, apoiar o que estava diluído, auxiliar o que estava disperso a ter interesses comuns, amparar materialmente sempre que ajude a resolver pequenos impasses, e sobretudo despertar para um espírito de reconstrução nacional.

É curto o tempo para avaliarmos os resultados obtidos que naturalmente não poderão ser espectaculares.

Apesar de muito de improvisação que acompanhou o arranque e desenrolar desta Campanha, necessariamente contra o tempo, convém não esquecer que apenas após o 28 de Setembro se pôde avançar, o saldo não pode deixar de ser positivo.

Reconhece-se evidentemente, que devido à dimensão e responsabilidade desta acção, a improvisação terá de dar lugar à estrutura organizada em moldes que possam dar resposta a algumas urgências a que a nossa coerência revolucionária obriga.

DINAMIZAÇÃO CULTURAL: QUE FUTURO?

O derrube do governo fascista, que o Movimento das Forças Armadas levou a efeito no dia 25 de Abril, tornou possível aos Portugueses o usufruto das liberdades fundamentais, parâmetro essencial para a efectiva consolidação da democracia.

Na sequência dessa vitória, operou-se de forma particularmente perfeita e digna o processo de descolonização, pelo qual se pôs termo a uma injusta guerra e se garantiu de maneira inequívoca o direito dos povos sob exploração colonial a gerirem os seus próprios destinos.

No que respeita ao desenvolvimento económico e social, o recente aparecimento do Programa de Política Económica e Social, marca o início de um processo conducente à efectiva defesa dos interesses das classes trabalhadoras. As medidas preconizadas nesse Programa vão tão longe quanto o permitem os factores conjunturais que nos condicionam e o processo "sui generis" em que nos empenhámos.

O trabalhador dos centros urbanos, independentemente de ter que renunciar por agora a formas de vida e a bens característicos de sociedade mais evoluídas, independentemente de ter que exigir de si próprio mais e melhor trabalho, sabe agora que não poderá ser apenas ele a suportar o preço dos sacrifícios pedidos. Esse trabalhador está hoje verdadeiramente consciente dos seus direitos, dispõe do apoio de partidos políticos e sindicatos e por certo que, tal como o M. F. A., se irá devotar completamente à causa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Para estes Portugueses, as liberdades públicas, a extinção da PIDE-DGS, a descolonização, a liberdade sindical, o direito à greve, a realização de eleições livres, a concretização de medidas anti-monopolistas, são realidades que saem do mundo ao seu viver quotidiano.

Esta foi a dolorosa realidade que encontraram pelo interior do país, as Campanhas de Dinamização Cultural.

Como empurrar estes Portugueses para os caminhos de uma vida com dignidade humana, se os partidos políticos os não visitam, os não esclarecem ou simplesmente lhes manipulam o voto? Como fazer participar estes Portugueses na definição dos seus próprios destinos, se eles mesmos se fecham aos partidos políticos e muitas vezes os apedrejam? Como evitar que estes Portugueses sejam violentados contra-revolucionariamente por manipuladores de consciências? Como recusar a estes Portugueses aquilo que insistentemente pedem — a presença dos militares!

Numa altura em que se faz um primeiro balanço dos resultados das Campanhas de Dinamização Cultural e em que alguns as criticam, é necessário afirmar-se claramente que elas têm que continuar e mesmo intensificar-se.

É um imperativo de consciência de todos os que se comprometeram a defender "os interesses das classes trabalhadoras" e a lutar "pelo aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses".

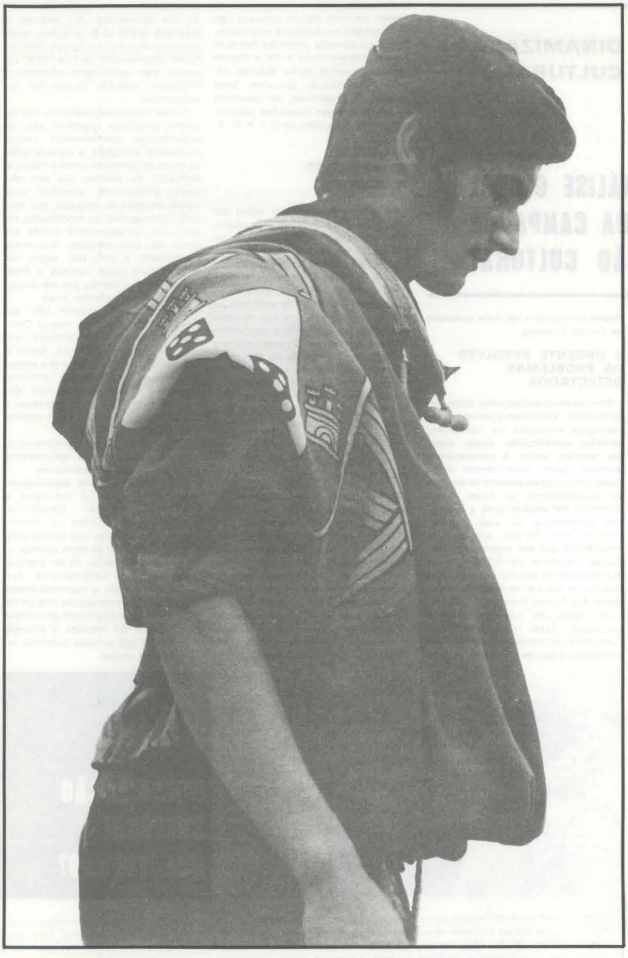
Porém, a realidade económico-social portuguesa não é uniforme. Fora dos centros urbanos e em particular das grandes cidades, os trabalhadores que constituem de facto "as camadas mais desfavorecidas da população", vivem ainda em condições infra-humanas.

As Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico do M. F. A., vêm fazendo o levantamento dessa triste e desoladora realidade que é o obscurantismo, o analfabetismo, o atraso social, a doença, a miséria, ou seja, o conjunto de formas através das quais não há um mínimo de dignidade humana.

São milhares, talvez milhões de Portugueses, país ou avós dos dois milhões de emigrantes que labutam pela Europa e pela América, que não sabem ler e cujas casas são paredes de pedra por onde penetra o vento, a chuva, o sol e a neve. São homens e mulheres que por vezes ainda não conhecem a electricidade, que não têm fontes, que não têm estradas. São velhos e pobres, que vegetam sem conhecer a assistência médica, sem ter outra realidade cultural que não seja a sua, que quantas vezes nem têm cemitério onde possam cair depois da morte.

Esta situação ocorre na Europa e é portanto quase paradoxalmente que Portugal não pode ser considerado um país europeu.

Nestes 89 000 quilómetros quadrados de Europa há sub-desenvolvimento, há um pedaço de 3.º Mundo, há reminiscências evidentes de feudalismo.



FUNÇÕES POLÍTICAS, ECONÓMICAS E PEDAGÓGICAS DAS FORÇAS ARMADAS E A CONSEQUENTE FORMAÇÃO DOS SEUS QUADROS

Num momento importante da gestação do Movimento das Forças Armadas, parece-nos interessante desenvolver em dois artigos algumas reflexões sobre as funções possíveis das Forças Armadas em sociedades intermédias, com o fim de provocar um debate sobre a reformulação e reconsideração da Instituição Militar. Dividimos a matéria tratada em quatro títulos: I) O Poder Civil e o Poder Militar (em que se aflora fundamentalmente a função e integração políticas das Forças Armadas), II) Geoestratégia e Desenvolvimento (em que são apontados os condicionamentos e as opções das Forças Armadas na sua participação no desenvolvimento económico), III) A Função Pedagógica (importante actividade enquanto formação de um grande sector da população durante o serviço militar e enquanto escola dos seus próprios quadros), IV) A Formação de Quadros Superiores e Intermédios das Forças Armadas (incluindo-se neste capítulo um estudo comparativo de alguns casos e algumas propostas concretas). Neste número do Boletim publicamos apenas os dois primeiros títulos, deixando para um dos próximos a publicação dos dois últimos.

I — O PODER CIVIL E O PODER MILITAR

RESENHA HISTÓRICA

O problema das relações entre o poder civil e o poder militar colocou-se em todos os tempos e em todos os lugares onde uma sociedade humana organizada existiu.

Durante os 30 séculos que precederam a formação do Império Romano (século III A. C.) os dois poderes estavam concentrados na mesma autoridade: do Faraó tebano ao Basileu macedoniano, passando pelo Grande Hitita ou pelo Rei dos Reis persa, imperialismo e militarismo estavam indissociavelmente ligados na pessoa do chefe.

É nas cidades-estado mercantis que começa a gerar-se um poder civil separado, cioso da sua autoridade. Nesta linhagem, Roma, cuja história se pode resumir numa perpétua tensão entre poder civil e poder militar, constitui, do ponto de vista histórico, o exemplo mais interessante para as sociedades europeias, da evolução das relações entre instituições políticas e militares. É curioso notar, sem pretender tirar conclusões, que nas três fases do império romano — República, Alto Império e Baixo Império — a época das crises correspondeu sempre a uma ruptura do poder civil e do poder militar.

Após a queda do Império Romano, cujas causas complexas não pretendemos analisar, a história das relações entre poder civil e poder militar não cessou de colocar aos estudiosos da matéria interrogações que ainda hoje não foram profundamente investigadas. De facto, das concepções básicas da democracia à organização do poder militar em função dos princípios dominantes da sociedade civil, encontramos domínios de reflexão teórica, imensos, que deixamos a estudos mais especializados.

CARACTERES PSICO-SOCIOLÓGICOS

Na consideração do poder civil e do poder militar interessa apontar alguns traços psico-sociológicos simples que podem diferenciar o homem político do chefe militar. É evidente que nos limitaremos a algumas características de um e de outro, observadas empírica e superficialmente, sem nenhuma pretenção de estabelecer leis de causalidade ou justificar determinações sociais e históricas.

"Todo o graduado militar é um chefe; o homem político só o é raramente, embora a sua aspiração seja constantemente essa."

Esta afirmação, aparentemente simplista, decorre de algumas características da actividade política ao nível das superstruturas (direcções de partidos, alto funcionalismo administrativo, teóricos da ciência política, etc.). Trata-se de um domínio em que a concorrência (os postos a prover são bem menos numerosos do que os candidatos!), as influências e o raciocínio abstracto exercem uma acção preponderante, bastante afastada das aspirações populares, da produção e dos problemas reais. A instabilidade das situações pessoais é outra das características do poder político: após a luta pela conquista do poder, o homem político é obrigado a lutar para o manter. "O poder do cortesão, que depende inteiramente dos favores do príncipe, não é mais definitivo do que o do deputado condicionado pelos sufrágios dos seus eleitores".

Ao contrário, para o militar, a concorrência é substituída pela emulação, o poder pela obediência, o pensamento teórico pela capacidade de execução. Num exército todos os graduados comandam, mas todos os militares obedecem. Mesmo um chefe de estado-maior, origem de todas as ordens, não escolhe o adversário nem declara a guerra, só pode decidir dos meios de a fazer: não é mais do que um técnico.

Enquanto o homem político, tal como um homem de negócios, tem de lutar para conquistar o seu "mercado", tem de escolher a cada passo a opção mais rentável, tem de utilizar as suas relações e as suas influências, não pode parar a sua actividade e deve ser ambicioso nos seus objectivos, o chefe militar, tal como um funcionário, está submetido a uma ordem de evolução pré-estabelecida. Para alcançar os objectivos da carreira militar (em tempo de paz!) só necessita de cumprir o seu dever correctamente.

Este quadro de características e diferenças, necessariamente simples, alheio a condições históricas concretas e por vezes quase irreal, não pretende mais do que lembrar algumas das motivações que devem tomar-se em conta quando se procede, no real, à análise de uma ou de outra das duas figuras referidas.

FUNÇÃO E INTEGRAÇÃO POLÍTICAS DAS FORÇAS ARMADAS

A análise da função das Forças Armadas na sociedade, e da sua integração em formas novas de democracia política, económica e social, tem sido menosprezada em relação ao estudo da sociedade civil. De facto, o investigador da instituição militar, considerado incompetente pelos militares e votado ao ostracismo pela intelectualidade liberal civil, tem sido sistematicamente desencorajado.

A expressão "função política das Forças Armadas" está ainda mal definida e pode prestar-se a interpretações equívocas; merece por isso alguma atenção. Mesmo não fazendo uma análise das relações entre o Estado e a Defesa Nacional, que não caberia no âmbito deste artigo, convém apontar os principais obstáculos ou preconceitos sociológicos que normalmente se invocam para o não reconhecimento da função política das Forças Armadas.

O primeiro constitui uma sobrevivência do apolitismo tradicionalmente reivindicado pela instituição militar. Este apolitismo, resumido na expressão "as Forças Armadas não fazem política", extremamente útil para manter a instituição militar no quadro de uma dócil obediência ao poder civil (sobretudo quando este não podia contar senão com o apoio de minorias económicas altamente privilegiadas e com a oposição da grande maioria da população), provém fundamentalmente de três factores: 1) a fidelidade a um forte ideal patriótico elementar, frequentemente incarnado pela presença de um inimigo físico hereditário; 2) a coesão institucional das elites dirigentes das Forças Armadas, cuja homogeneidade era cuidadosamente preservada; 3) a sobrevivência de uma técnica de guerra rudimentar e que nada tinha a ver com as técnicas governativas ou administrativas — até à 1.ª Guerra Mundial não se conheciam os problemas políticos, económicos e sociais postos pela "guerra industrial"! A dinâmica e a evolução internas destes três factores, e as novas realidades do após guerra (1914-1918), que conduziram ao aparecimento de conflitos ideológicos que ultrapassavam o âmbito dos antagonismos nacionais, levaram as Forças Armadas a uma reflexão sobre a legitimidade histórica do seu apolitismo e, em última análise, à crise deste.

O segundo pretende deduzir a existência e justificação das Forças Armadas do carácter conflituoso permanente e inevitável das relações entre estados. Esta doutrina metafísica da guerra política, desenvolvida e aplicada durante o período da "guerra fria", não tem hoje mais do que uma meia dúzia de adeptos.

O terceiro, mais subtil e mais propagado, fundamenta a legitimidade das Forças Armadas nas situações ou valores herdados da história nacional, e coloca esta fidelidade acima da consideração do regime político concreto. Nesta concepção, as Forças Armadas são consideradas o gendarme de elementos extra-metropolitanos do património nacional e, por isso, levadas a confundir a história e a política. Foi assim que, combatendo os anseios de libertação de populações cultural e socialmente alheias às metrópoles, as Forças Armadas de certos países europeus foram obrigadas a cobrir-se com um "apolitismo" baseado na defesa da "integridade" nacional, para poderem prosseguir guerras coloniais desresponsabilizando-se das razões e interesses do poder político civil.

Nalguns países, as jovens gerações de militares, a partir de uma reformulação e de uma generalização das teorias contemporâneas do conflito, puderam chegar à justificação de uma função política permanente das Forças Armadas. O carácter sistemático e absoluto da dialética deste fenómeno tem, infelizmente, criado algumas incompreensões graves entre os meios políticos e militares.

Hoje e sobretudo nos países com uma experiência de guerra contra-revolucionária — colonial ou de repressão interna — os militares começam a convencer-se de que a função das Forças Armadas não pode separar-se dos designios e das convicções políticas.

A este respeito é curioso comparar a célebre afirmação de Clausewitz:

"Reafirmamos que a guerra é um instrumento da política, da qual toma o carácter e as dimensões; que, nas linhas gerais, a guerra não difere da política, e que esta, ao trocar a pena pela espada, não deixa de obedecer sempre às mesmas leis. (Livro III, cap. VI).

à do Marechal Chaposnikov:

"Se a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios, a paz não é mais do que a continuação da luta por outros meios. *(O Cérebro das Forças Armadas,* vol. 3)."

Esta transposição da teoria do conflito internacional, para a teoria do conflito social, acompanhada do reconhecimento da necessidade de reestruturação do aparelho militar com vista a adaptá-lo às funções e responsabilidades políticas, constitui um fenómeno comum nalguns exércitos das sociedades sub-desenvolvidas contemporâneas.

As formas realizadas desta tendência, da Turquia de Mustafa Kemal Ataturk ao Peru do General Velasco Alvarado, apesar das particularidades de cada país, contêm sempre, implícita ou explicitamente, uma ameaça permanente ao poder civil clássico das sociedades ocidentais.

Isto deve-se em grande parte ao carácter de classe do poder político civil nestas sociedades. Uma instituição militar, com todas as suas características próprias, politicamente consciente das realidades sociais e, consequentemente, disposta a colocar-se ao lado das classes mais desfavorecidas, com o apoio destas e detentora exclusiva do poder das armas, constitui efectivamente uma poderosa ameaça a certos interesses e a certo poder civil. Por outro lado, uma "integração política" das Forças Armadas à sociedade civil, com manutenção das funções políticas atrás mencionadas, necessariamente institucional, não tem paralelo na história das sociedades modernas ocidentais; essa institucionalização coloca, por conseguinte, interrogações e reticências a certos interesses e grupos políticos.

A experiência portuguesa, com a sua preocupação de buscar soluções originais e adaptadas às condições concretas do país, pode constituir matéria extremamente rica de análise e reflexão sobre o problema da integração política das Forças Armadas.

II — GEOESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

No mundo ocidental não se pode falar de geoestratégia sem falar dos Estados Unidos. Se quizermos compreender a política exterior daquele país e as incidências desta nos países (sobretudo sub-desenvolvidos) do hemisfério ocidental, não podemos deixar de considerar um trecho importante da exposição feita em 1967 por Mc Namara perante a Comissão das Relações Exteriores do Senado dos E. U. A. Referindo-se ao programa de assistência militar ao estrangeiro (PAM), o Secretário da Defesa afirmava:

"... Propomo-nos ... no ano fiscal de 1968 ... continuar o esforço para prestar assistência militar em bases cada vez mais selectivas, de forma a atingir os objectivos específicos da estratégia militar e da política exterior dos E. U. A., para o que o Programa de Assistência Militar (PAM) *é o instrumento mais proveitoso.* De acordo com esse esforço, aplicamos a nossa assistência militar sob cinco critérios básicos. O primeiro relacionaria directamente a importante segurança dos E. U. A. e os interesses da sua política exterior, *e contribuiria para uma óptima via de acesso política e militar* ao país confrontado a uma ameaça. Em segundo lugar essa ajuda responderia às *mudanças* dos nossos interesses e da ameaça, externa ou interna. Em terceiro lugar, é necessário tomar precauções para reduzir a possibilidade — por mais remota que esta seja — da utilização da assistência para propósitos não previstos tais como conflitos regionais ou apoio de regimes não democráticos. Em quarto lugar, a ajuda com base em doações terminar-se-ia quando o país receptor tivesse capacidade para suportar as despesas da sua defesa. Em quinto lugar, quando o conflito no Vietnam nos pedir maiores recursos nacionais totais, deveremos concentrar os nossos recursos em programas que sejam desejáveis e indispensáveis, ou em programas que não sejam desejáveis mas que sejam indispensáveis."

Mais tarde, o presidente Nixon, numa declaração verbal feita na ilha de Guam, resumia a tese central do princípio a que se chamou "Doutrina Nixon":

"... os Estados Unidos participarão na defesa e desenvolvimento dos aliados e amigos, mas *não podem* conceber *todos* os planos, planificar *todos* os programas, executar *todas* as decisões e assumir *toda* a defesa das nações livres do mundo."

Nesta correcção à política exterior introduzida por Nixon, pode verificar-se a pretensão de reduzir os compromissos militares directos, transferindo para recursos humanos locais (Forças Armadas Nacionais), apoiados tecnologicamente pelos E. U. A., as funções antes exercidas pelo exército americano.

Esta política exterior dos E. U. A., associada à grave situação socio-económica interna na maioria dos países sub-desenvolvidos, tem forçado e forçará as respectivas Forças Armadas, que exerçam ou não o poder político, a uma tomada de posição sobre uma alternativa fundamental: dependência ou independência.

Optando pela dependência, as Forças Armadas evidenciam uma politização parcial, determinada por interesses estrangeiros, o que inevitavelmente conduzirá ao divórcio e oposição crescentes entre o povo e os interesses nacionais por um lado, e aqueles que estão encarregados de os defender — os militares — por outro. Além disto, as divisões no seio das próprias Forças Armadas, vertical e horizontalmente, não deixarão de surgir.

A opção pela independência, sem representar um desejo de isolamento

do resto do mundo, significa, ao contrário, assumir uma posição em função dos verdadeiros interesses nacionais — interesses da grande maioria da população trabalhadora. Esta atitude nacionalista, libertadora e revolucionária conduzirá necessariamente a uma cada vez maior identificação das Forças Armadas com as aspirações e anseios das classes mais desfavorecidas, à afirmação da soberania e autodeterminação, a empreender, enfim, o verdadeiro desenvolvimento integral da nação.

É neste contexto que surgem possibilidades concretas de participação das Forças Armadas no desenvolvimento económico. Deixaremos a enumeração e análise dos modos de actuação possíveis da instituição militar neste sentido, para o título III, visto esta "função económica" estar intimamente ligada à função pedagógica e à formação dos quadros das Forças Armadas.

MOVIMENTO E REVOLUÇÃO

MOÇAMBIQUE

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO M. F. A.

CARTA AOS CAMARADAS DO MOVIMENTO EM PORTUGAL

O documento que hoje publicamos, foi enviado, no início de 1974, pelos camaradas do M. F. A. em Moçambique aos do M. F. A. em Portugal.

Caros Camaradas:

Após a remodelação Ministerial, sentiu-se uma quebra, ou melhor, deixou de se sentir a força e pujança que já caracterizavam o nosso movimento. Uma reunião que reputávamos de fundamental pelos assuntos que seriam focados, não se realizou. As informações, que chegavam já com certa regularidade e que logo após a remodelação mais necessárias se tornavam para manter a unidade, coesão e determinação da linha traçada — que nada tem a ver com personalidades mas apenas com atitudes e resoluções —, deixaram de aparecer.

Num telefonema que fizemos para Lisboa, ficou-nos a impressão de haver algumas dissidências, ou pelo menos acomodações que nos deixaram apreensivos.

Contactada Angola, disseram-nos ter a mesma sensação.

A nossa posição, a única que se nos afigura correcta, é:

A nossa atitude em nada é alterada, pois nada tem a ver com pessoas mas sim com sistemas e organizações.

Mesmo que sejam previsíveis alterações de estilo, de objectivos, etc. da parte dos novos membros do Governo, as nossas pretensões são as mesmas, assim como a mesma deverá ser a força e determinação que nos caracterizam, até ser dada plena satisfação.

O nosso apoio está implícito na Disciplina do Exército, que depende duma vez para sempre de atitudes definitivamente frontais, de dignidade e prestígio da instituição a que pertencemos, da capacidade e elevação dos elementos que a servem e dirigem, sem o que nem a disciplina é válida nem a hierarquia significativa.

Tomámos posições e assumimos responsabilidades, perante terceiros e perante nós próprios, que não podem ser distraídas ou enfraquecidas por promessas, presunções ou quaisquer manobras de diversão.

Da mesma forma, tudo o que forem promessas ou realidades, no que se refere a melhorias de situação material, vencimentos, regalias, etc., devem ser total e imediatamente denunciadas, se se tratar de diminuir a coesão e firmeza da nossa atitude.

O nosso movimento, pelas posições assumidas, objectivos enunciados, consequências que permite entrever, impõe-nos o dever de não permitirmos o seu enfraquecimento a qualquer pretexto, sob pena de que o desprestígio e queda vergonhosa, a que queremos obstar *dinamicamente,* sejam inevitáveis.

Entretanto, acusamos a recepção da Informação número nove de Lisboa.

Realativamente a ela, oferecem-se-nos alguns comentários que achamos pertinentes:

Achamos que não se deve arranjar nenhum emblema especial, que pode significar desvirtuamento do que se pretende. O nosso único emblema deve ser o do Exército ou o das Forças Armadas.

Devemos dar a conhecer superiormente o nosso repúdio e *suspeita* relativamente aos programas que dão publicidade às regalias atribuídas às Forças Armadas.

Iniciar uma campanha de esclarecimento dos jovens milicianos acerca das verdadeiras razões do nosso movimento de forma a conquistá-los para a nossa causa. Vamos elaborar e enviar à Comissão de Lisboa (e às outras) uma proposta de texto.

Elaborar um plano de esclarecimento do público de forma a desmistificar o "paleio" das nossas regalias: deixar bem nítido que o que pretendemos não são benesses, mas sim elevar a capacidade, qualidade, técnica e cultura dos profissionais do Exército, de forma que toda a Nação com isso beneficie. O ideal seria uma entrevista ou reportagem da "iniciativa" dum orgão com vasto auditório, em que alguém conceituado, responsável e aderente se espraiasse. *Nada de comunicados oficiosos,* que levantam sempre suspeitas e não têm aceitação.

Prever, para se for necessário, a utilização de panfletos.

Fazer um sério esforço, no sentido de esclarecer devidamente os Oficiais Milicianos em questão com os decretos "QEO (1) actuais e futuros e que já fizeram a AM" (2) das verdadeiras intenções do movimento e das vantagens que para todos advirão.

Apesar de ser um termo criado por eles, consideramos de eliminar definitivamente a designação "espúrios" pelo que pode originar de ofensivo e dificultar o espírito agregador que se pretende criar. Poderiam designar-se por exemplo por QPM (3) ou de qualquer outra forma.

Consideramos necessário obter de imediato informações concretas, junto do ME (4), do andamento em que se encontra a resolução do problema que nos afecta e das nossas pretenções. O novo Ministério já teve tempo de assentar e pensar no assunto e tem que de definir. Estamos fartos de meias medidas que podem, com dilacções, afectar a nossa posição e fazer-nos perder a iniciativa, e permitir que sejamos manobrados.

Consideramos também fundamental ter presente e apresentar superiormente como condições "sine qua non":

Que a realidade não se compadece com esquemas que a não tenham em consideração, e que as vitórias nunca se obtiveram nem obtêm com boas intenções manifestadas em discursos patrióticos, mas sim com as decisões e consequente acção, definidas pela análise científica, objectiva e realista dos potenciais humanos e económicos, anímicos e materiais.

Que, se os políticos desconhecem a gravidade da situação, a culpa é dos chefes militares. Que, se os políticos conhecem a gravidade da situação e insistem num caminho que pode levar ao descalabro, tanto as F. A. como a Nação, a culpa é da mesma forma dos chefes militares, porque não podem ignorar qual o seu papel e o seu dever e têm de actuar em conformidade.

Que exigimos críticas lúcidas, abordagem realista dos problemas, planeamento sério da acção, apreciação inteligente, honesta e equânime dos factores determinantes da Vida Nacional. Estamos fartos de palpites e improvisações desarticuladas.

Finalmente, que o assunto na sua gritante e elementar gravidade tem de ser enfrentado desde já e quem tiver coragem para o fazer, e só esses interessam à Nação e ao Exército, não pode hesitar nem mais um instante.

Um abraço de solidariedade.

NOTAS

(1) Quadro Especial de Oficiais
(2) Academia Militar
(3) Quadro Permanente (Milicianos)
(4) Ministério do Exército

PROGRAMAS DO M. F. A. NA RÁDIO E NA TV

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, medida essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 12.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.as e Sábados das 22,00 às 22,20 horas. Quinzenalmente às 3.as feiras, pelas 21,15 horas também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.

MFA.POVO

POVO.MFA

DINAMIZAÇÃO CULTURAL

BRIGADEIRO VASCO GONÇALVES FALA AO PAÍS

Apesar da comunicação do Primeiro-Ministro ter sido largamente difundida, pela sua importância política, dela transcrevemos alguns extractos:

"É aqui que eu me sinto em minha casa. Entre as Forças Armadas e o nosso Povo". Estas foram as primeiras palavras de uma importante comunicação feita ao País pelo brigadeiro Vasco Gonçalves, a partir de uma sessão de dinamização do M. F. A. realizada no Sabugo, no salão de uma modesta colectividade local, onde estiveram também presentes os capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares, major Pereira Pinto e comandante Contreiras da Comissão Coordenadora, e ainda o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.

"Venho aqui a uma sessão de dinamização das Forças Armadas porque quero manifestar publicamente quanta esperança e quanta confiança nós temos nesta acção cívica desenvolvida pelas F. A., desenvolvida em particular no seio da classe trabalhadora.

"Nós não vimos aqui com intuitos paternalistas. Não vimos trazer-vos a verdade e a solução dos vossos problemas. Vimos aqui aprender convosco. É no contacto directo com as populações que as F. A. avaliam das suas necessidades concretas."

Referiu-se a seguir aos contactos dos militares com o povo, o que lhes permite quando regressam voltarem mais conscientes.

"O povo português tem hoje uma oportunidade rara de ver à sua frente um futuro que tem de ser construído pelo próprio povo em conjugação com as F. A. Para esse futuro nós fizemos o 25 de Abril. Procurámos dar os passos que necessários foram para que, de facto possamos construir no nosso país uma verdadeira democracia política, económica e social. Consideramos que é uma missão fundamental das F. A. vir aqui até vós. Todos os militares, desde o oficial ao modesto soldado antes de mais é um educador, mas os educadores têm que aprender com os outros que procuram educar. Com aqueles que procuram ensinar."

(...)

"Os militares quando regressam dessas sessões, eles próprios vêm mais politizados, mais conscientes das suas tarefas. Vêm mais democráticos. Nós também democratisámos as Forças Armadas com estas sessões de esclarecimento cívico da nossa população e fortalecemos assim a unidade Povo — Forças Armadas que é uma condição fundamental do nosso progresso em paz e sem tiros. Infelizmente não trazemos no bolso as soluções dos problemas que vos afligem há centenas de anos. Mas auscultamos as populações, fazemos um inventário, ficamos com a ideia das suas necessidades, apontamos — e isto é fundamental — o caminho da tomada de consciência acerca das forças que se opõem à satisfação das necessidades elementares do nosso povo. Apontamos o caminho do associativismo — na união se faz a força —, o caminho da libertação de mitos ancestrais que amedrontam tanta gente há tanto tempo. Detectámos as mentiras, desmascaramos calúnias."

"Aos peitos dos nossos soldados também há crucifixos. Os nossos soldados também se deslocam a vós com crucifixos. Se é assim porque nos caluniam? Por que chegam a dizer que damos ordens para retirar os santos e os crucifixos? Quem espalha essas calúnias? Quem está interessado em que o nosso povo não se liberte? Antes do 25 de Abril, por exemplo, não havia trabalhadores do campo organizados em sindicatos. Quantos vemos nós? A vida sindical expande-se. Os trabalhadores aprenderam que, através dessa união, irão defender os seus interesses e os do País, que são os mesmos. E assim, no distrito de Beja, por exemplo, há neste momento as maiores searas de sempre. Isto é devido a quê? Ao 25 de Abril e à tomada de consciência que a nossa revolução vai dando ao nosso povo. Isto é tremendo para quantos tratavam as classes mais desfavorecidas como os senhores feudais tratavam os seus servos."

A QUESTÃO DO SANEAMENTO

"É preciso que tenhamos à frente da função pública como das empresas, pessoas capazes, pessoas dinâmicas, pessoas imbuídas do espírito do 25 de Abril, pessoas que queiram de facto formar um Portugal novo. Temos muita burocracia, muito legalismo, há muitas pessoas que habituadas à situação anterior, não assumem verdadeiramente as suas responsabilidades, têm medo das responsabilidades. Então, agarram-se muito à burocracia e ao legalismo. Mas é preciso romper com isso, é preciso que os melhores sejam colocados à frente dos lugares mais importantes. É preciso que tenhamos de facto uma democracia da competência. Daí nós compreendermos a ansiedade que por vezes notamos no País, no que respeita ao saneamento."

(...)

"Mas o saneamento não é perseguição vesga nem perseguição vingativa. Temos que ter presente que todos os homens são transformáveis, mas queremos gente competente. Não devemos sanear cegamente, porque nesse caso somos injustos, e com a injustiça dos nossos actos nós comprometemos o nosso futuro e o ideal por que nos batemos. Temos permanentemente que procurar ser lúcidos, justos e admitir que as pessoas se transformam, que muitos daqueles que nós julgamos nossos inimigos o são, na prática, porque não foram esclarecidos de outra maneira, porque foram criados num determinado conjunto de circunstâncias."

OS BOATOS E AS CALÚNIAS

"É claro que há muita gente que não está interessada no desenvolvimento do nosso processo. Entre nós e lá fora. Desencadeiam-se contra nós campanhas de calúnias a nível internacional, quando nós vivemos na tranquilidade e fizemos uma revolução sem um tiro."

(...)

"Chega-se até a falar — disse — de que estamos à beira da guerra civil. Onde é que isso se verifica? Pois se nós, depois do 25 de Abril, tivemos duas mudanças de presidência da República sem sequer impôr o recolher obrigatório! Não é isto a maior prova da nossa tranquilidade?

"Quando vos agitarem com esses papões, cheguem-se às Forças Armadas. Vejam a sua tranquilidade, a sua calma e a sua segurança, e logo terão as palavras de conforto. Vivemos num clima de tranquilidade. Temos de facto lutas a nível laboral, a nível de saneamento, etc., mas isso não significa que não haja tranquilidade pública, que não haja tranquilidade nas ruas, que não vivamos a nossa vida, que não sejamos um povo pacífico, um povo ordeiro. Não nos deixemos dividir (... É a unidade, a unidade do povo português, com as Forças Armadas, que poderá garantir um processo que se desenvolva num ritmo pacífico, num ritmo sereno (... Não podemos perder a consciência de que vivemos uma revolução, que se têm operado apreciáveis transformações no nosso País e que tudo se tem operado sem tiros (... Vivemos uma revolução (... É natural que as pessoas falem de política, se agitem, se interroguem (... "

"Todo o militar, desde o oficial ao modesto soldado antes de mais é um educador"

DESCOLONIZAÇÃO

"Eu penso — sublinhou — que é uma vitória extraordinária do Movimento das Forças Armadas. Os nossos militares deixaram de ir para a guerra e irem para a paz. Mas não quero dizer que não possam, ter de combater, porque temos deveres a cumprir no Ultramar, de acordo com os compromissos assumidos. Estamos a desenvolver um processo de descolonização ímpar na História. Assistimos a isto, num País que só perdeu com a política colonial. Alguns terão ganho, aqueles que tinham lá grandes capitais e que os deslocaram, até, para fora de Portugal. Esses ganharam com as colónias, mas o povo português nunca ganhou com as colónias. E herdámos um passivo tremendo nesses territórios. Mesmo assim, celebrámos acordos com esses povos, que ajudámos a libertar, e que conquistaram, também eles, a sua própria liberdade, pela luta que nos moveram, não foi só o Movimento das Forças Armadas. Nós e eles, contribuímos tanto para a libertação das antigas colónias portuguesas, como para a nossa libertação, aqui em Portugal."

(...)

"Das verbas do Estado português, do nosso orçamento — disse Vasco Gonçalves — vai dinheiro para o Ultramar, porque esses povos também ficaram na miséria depois da política do fascismo. E se queremos cimentar uma verdadeira amizade com eles, e queremos estar à altura das nossas responsabilidades históricas, temos de contribuir hoje, ainda, para a vida desses povos. Não estão, ainda, em condições de prescindir do nosso auxílio (...) E mais: temos lá as nossas Forças Armadas para garantir que, nesses países, se estabelecem regimes democráticos. Desejamos que esses povos se tenham libertado de nós para serem livres e não para serem oprimidos por outros povos. Portanto, precisamos de contribuir com dinheiro nosso, com dinheiro que é vosso (...) São menos casas que aqui construímos, são menos estradas, ou menos escolas. Mas temos um dever para com esses povos (..."

"Os nossos militares poderão continuar a ter de morrer, apesar de termos feito a paz. E isso verificou-se, o outro dia, em Luanda. Mas hoje não é por nossa vontade. As nossas tropas estão ali para garantir que a independência desses povos se realize. Não desejamos a morte dos nossos soldados. Mas temos acima de tudo de cumprir, com honra, o nossos compromissos."

O MOMENTO EM QUE VIVEMOS

"Eu penso que o momento histórico que estamos a viver é um momento comparável a 1820, a 1836, a 1910. Nestas datas, perspectivas se abriram ao futuro dos portugueses e essas perspectivas foram iludidas. Pois bem: é um dever de honra do M. F. A. e de todas as progressivas e patrióticas do nosso país que não deixem quebrar essa esperança, que nós desta vez não percamos o nosso futuro.

"E é preciso termos a consciência do momento que vivemos. Nós vivemos um momento histórico, um momento como não viveram os nossos pais, como sabemos se viverão os nossos filhos (...).

"Estes momentos são raros na história portuguesa. É preciso que tenhamos a consciência disso e é preciso que, tendo a consciência de que somos os construtores do nosso futuro, saibamos dar os passos com a lucidez — eu repito, estou farto hoje aqui de falar na lucidez, mas a lucidez está ao alcance de todos. E dois homens são mais lúcidos que um só.

"É conversardes entre vós, é discutirdes, é procurardes de facto os caminhos que interessam a vós, que são os caminhos que interessam à nossa Pátria. Sede lúcidos! Pelo facto de muitos dos portugueses não saberem ler, não quer dizer que não sejam lúcidos. Eles aprenderam na sua vida prática, na sua vida quotidiana, eles sabem resolver os seus problemas quotidianos, eles sustentam a sua família. Há muita gente que não sabe ler e escrever e que mandou os filhos estudar.

"É um dever de honra dos filhos dos trabalhadores honrarem-se com essa ascendência."

OS INIMIGOS DA REVOLUÇÃO

"Há um problema também que é muito importante para o povo português: definir bem quem é o seu inimigo. Penso mesmo que os nossos partidos políticos devem ter isso em atenção. É que a reacção e o fascismo ainda não morreram em Portugal, ainda não estão completamente batidos. E nós temos de ter isso bem presente. Isso mostra-se até em actividades quotidianas, com sabotagens económicas, com homens que não queiram deliberadamente cultivar as suas terras, ou gente que não trabalha na função pública como deve trabalhar, ou gente que não esteja ao serviço daqueles que os procuram como deve estar. Tudo isso são variedades de fascismo e de reacção.

"Gente que queira viver como antes. A gente hoje não pode viver como vivia antes do 25 de Abril.

"Nós devemos hoje, quando vamos para casa, pensar na nossa Pátria, naquilo que vamos fazer amanhã, naquilo que é preciso fazer pela nossa Pátria. E isso é dever de todos, não é só das cúpulas, não só de meia dúzia de indivíduos, não só do M. F. A. ou das direcções dos partidos políticos, é um dever de todos os portugueses, é um dever das massas, é um dever vosso, porque isto é vosso. Deveis ter isto bem presente. É para isto que eu chamo a atenção para a vossa vigilância. Mais uma vez eu repito: não é transformar os portugueses em polícias, é antes, de cara bem aberta, olhos nos olhos, criticardes aquilo que virdes mal, mas com firmeza e tolerância. Estardes alerta de facto para aqueles que são os nossos inimigos, os inimigos da nossa revolução."

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO M. F. A. GARANTE DA REVOLUÇÃO

"As Forças Armadas devem ser um impulsionador e um garante da revolução portuguesa.

(...)

"O Movimento das Forças Armadas é o aliado de todos aqueles que tenham as ideias que estão no nosso Programa. Nós pensamos que sobre os nossos ombros há uma grave responsabilidade histórica a cumprir. Nós não desejamos apenas mudar as moscas em Portugal e que o resto fique na mesma — e julgamos que já temos dado bastantes indícios disso. Nós desejamos, de facto, que no nosso país seja construído com firmeza, o caminho verdadeiro para a democracia política, e económica e social, e não só para a democracia política. Para isso o nosso Movimento, as Forças Armadas, têm que continuar a sua tarefa. Ela não termina quando forem institucionalizadas ou começarem a funcionar os novos órgãos da soberania da Nação que hão-de ser estabelecidos na futura Constituinte."

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

"Nós desejamos construir de facto uma Pátria à nossa medida e à nossa escala. Não andamos a copiar modelos alheios. Queremos construir uma Pátria baseada na experiência que vamos tendo e no raciocínio sobre essa experiência que formos fazendo. Nós queremos ser os construtores do nosso próprio futuro, um futuro que seja um futuro de independência nacional, um futuro aberto a todos os povos do Mundo, um futuro que tenha em consideração toda a abertura que hoje temos em Africa. Por exemplo; ainda há dias a Organização de Unidade Africana levantou o embargo das relações com Portugal. Quer dizer, hoje, livremente, todos os países da Africa se podem dar com Portugal. Porque nós

(Continua na pág. 7)

(Continuação da pág. 6)

somos um país pobre, mas a maneira como temos descolonizado dá-nos um grande valor moral, dá-nos uma grande autoridade moral em África, onde estamos construindo novas pátrias de expressão portuguesa. Nós deixámos lá tudo, nós não trouxemos nada de lá, deixámos lá os estabelecimentos que tinhamos, os palácios do Governo que havia, nós não tirámos de lá o mobiliário, não tirámos de lá as instalações, não tirámos de lá os aparelhos de ar condicionado, deixámos lá tudo porque somos generosos e francos. Isto é um grande exemplo para todo o Mundo."

O PLANO ECONÓMICO

"Vai ser apresentado o Programa Económico e Social, Pois bem: para que esse Programa Económico e Social possa ir para a frente, é necessário uma participação activa e impulsionadora do Movimento das Forças Armadas, em aliança com todos aqueles que estejam dispostos a ir para a frente connosco. Mas nós pensamos que é fundamental que sejamos nós os impulsionadores e garantes desse Programa Económico e Social. Esse Programa, do qual dentro de pouco tereis conhecimento, define orientações gerais. É um instrumento de trabalho. É uma plataforma de compromisso entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos de coligação. Sobre esse Programa o M. F. A. deve ter uma participação activa, para garantir que esse programa vai dentro do sentido segundo o qual ele foi concebido.

"Daí também essa necessidade de institucionalização do Movimento das Forças Armadas. Esse Programa aponta uma via socializante, e de entre outras, eu desejaria salientar como mais progressivas algumas das medidas que a seguir vou ler: *O controlo do sistema bancário; a lei sobre o arrendamento rural, sobre os baldios, sobre os planos de exploração, sobre os regadios; a nacionalização de algumas indústrias de base; a racionalização dos circuitos comerciais. Vai ser definido um código de investimentos estrangeiros e serão definidos os setores destinados ao investimento privado e ao investimento público,* porque nós, mais uma vez repito, nadó somos contra a iniciativa privada. Ao serviço da nossa Pátria, não somos contra qualquer iniciativa. Mas ela tem que estar de facto ao serviço da nossa Pátria.

"Quando nós pedimos austeridade é porque temos a noção das realidades e sabemos que dias duros se aproximam do nosso país. Aliás, vós vedes todos os dias, por essa Europa fora, milhões e milhões de desempregados. Isso é próprio do sistema. Nós não ultrapassámos o sistema em que vivemos, nem o ultrapassamos de um dia para o outro. Queremos atingir uma sociedade justa, mas até lá muito trabalho teremos de produzir, muito oso teremos de roer e teremos de ter uma coisa sempre na mente: é que deveremos procurar atingir essa sociedade justa por via pacífica."

CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS

"Eu também apelo ao povo português para que se organize e associe, criando cooperativas; não tenhais medo das cooperativas. Aqueles que têm melhor a noção disso que expliquem aos outros, que hoje não é o tempo das cooperativas de antigamente. A gente sabe que as cooperativas de antigamente eram falsidade. Mas queremos constituir cooperativas e outras associações de outro tipo, que vós mesmos crieis e inventeis. Cremos que a associação, que a união faz a força. Nós apelamos para a vossa unidade, apelamos para o vosso espírito associativo. Se ao princípio tiverdes dificuldades, tende paciência, tende perseverança, tende coragem moral para aguentar as críticas para aguentar os desgostos. Deveis ter a consciência de estardes a criar um Portugal novo.

PROBLEMA DOS QUADROS

(Continuação da pág. 1)

próprios quadros — particularmente nos aspectos de falta de decisão ou de iniciativa quando integrados em novas estruturas, ou, se fora destas, pelo pouco escrúpulo que os caracteriza e processos a que se habituaram. A generosidade por que optaram os revolucionários, facilitou aliás a sua insistência.

Claro que tudo isto é natural após uma revolução que prima, assim, por um cavalheirismo muito pouco vulgar em ocorrências desta natureza. Mas também é por isto mesmo que entendemos que — ao contrário do que muitos pensam — a revolução só pode acabar quando estiverem recompostas as escalas de valores e saneados ou reclassificados os quadros existentes. E não apenas em termos de idoneidade moral ou de competência profissional, mas, e sobretudo, nos aspectos mais importantes, agora, à chefia — da decisão, da firmeza e da fidelidade a verdadeiros princípios de vivência humana e cívica —. E esses, afastados que sejam também os oportunistas, estamos certos que não faltarão.

A civilização promocional que já vivemos e da qual tanto nos deixaram atrasar, exige de nós — hoje como nunca — um empenhamento muito especial. Exige sacrifícios extraordinários, não só de trabalho intelectual e corporal, mas de renúncia a privilégios; a bem-estar que seja injusto; a proventos que se não mereçam; a graus de que estejamos, em consciência, deslocados ...

Terá de ser uma renúncia voluntária e não acomodação ao que pode acontecer quando a promoção deixa de ser questão de sorte ou de favoritismo mas posição alcançada mais por ideal do que por ambição ou habilidade pessoal.

O futuro dirá — face ao desenvolvimento da máquina-ferramenta e sos ordenadores, calculadores e analógicos — que os quadros, ou são técnicos capazes de realizar praticamente planos ou programas, ou são imaginativos, capazes de criar ou conceber quanto de novo e de diferente for preciso.

Mas isto é no futuroao presente estamos a viver, depois de termos estado parados por tempo de mais.

O salto que demos, porém, no qual ainda estamos a pairar, obriga-nos — não a esbracejar — mas a procurar o equilíbrio tal como o funiculário que, com a sua vara balanceira, passa sem cair dum lado para o outro da sua longa ponte de arame!

UMA PERSONALIDADE REVOLUCIONÁRIA

(Continuação da pág. 2)

volucionária que se projecte para além da vitória inicial e que seja capaz de prolongar a revolução sem desfalecimentos ou soluções de continuidade. São estes e não outros os verdadeiros revolucionários; e não outros ... por muito convencidos que disso estejam ou muito bons serviços que tenham prestado.

A personalidade é composta por factores do espírito, da inteligência e do corpo que trabalha, que aguenta o esforço até ao fim da obra ou da capacidade. É o espírito, como ideal, fé ou vontade de querer, consciência e vontade própria, que o mantém na acção. É a inteligência, assim desperta e animada, que lhe conferem o são-critério e o senso das medidas e das oportunidades. É o corpo, enfim, que suporta tudo isto numa constante renovação das energias e aplicação das forças.

A personalidade revolucionária forma-se na aceitação do ideário da revolução, e — com as faculdades da pessoa — na fidelidade aos seus princípios. É muito mais na modéstia do que na vanglória; muito mais na auto-crítica do que na crítica demolidora ao processo, que o revolucionário, então, se pode definir.

Vêm estas considerações a propósito de tantos que desde aquele Abril de 1974 vão mudando a cor só por não terem visto ainda realizado o que sonharam, ou, talvez, porque verdadeiramente nunca tinham sonhado, e só naquela altura se deixaram levar pela euforia das multidões ou pela esperança de grandes mudanças, ou pelo aliciante das grandes emoções.

A euforia das multidões é enganosa e as grandes mudanças nem sempre são para imediatos benefícios. Se alguma coisa ficou tão mal que houve que a destruir, não podemos pensar que o melhor que se deseja, apareça como por encanto.

Depois de uma revolução — em que o que se quer é melhor e não pior — há sempre muito que fazer, muito que construir, muito que erguer das cinzas ou dos baldios. Há muito que trabalhar!

A trabalhar estão dispostos, sem dúvida, quantos se empenharem com personalidade revolucionária, sem aventureirismos, sem golpes de sorte ou de mão, ou, até, apenas, com entusiasmos só de momento, sem rumo certo e uma meta concreta e verdadeira no fim de tudo.

Um dia, em África, um velho preto dizia: "Doença vem depressa, quando a gente não espera. Para ficar bom — depois — é preciso muito tempo, doutor, enfermeiros, remédios, e, às vezes até feiticeiro"

ASSINATURAS DO BOLETIM DO M. F. A.

ANUAIS

VIA ORDINÁRIA

Continente	65$00
Ultramar e Brasil	68$00
Estrangeiro	104$00

VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89$00
Ultramar	161$00
Espanha	89$00
Brasil	177$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146$00
Países Não-Europeus (excepto Brasil)	213$00

PEDIDOS A:

DISTRIBUIDORA *"O SÉCULO"* — Rua do Século — Lisboa

★ **Os pedidos de assinatura do Boletim devem ser dirigidos à Distribuidora *"O Século"*, Rua do Século, 41 a 63, Lisboa.**

DONATIVOS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Donativos, produto do "Dia Nacional de Trabalho", foram enviados ao M. F. A. a fim de serem utilizados em obras de interesse colectivo. Continuamos, neste número, a publicação da lista de donativos recebidos, o produto dos quais se destina ao Programa de Dinamização Cultural em curso. O dinheiro do povo, ao povo retorna.

Transporte	852 873$60
Sociedade Gilcar — Estrada Prior Velho	1 666$40
Trabalhadores de Júlio Francisco — Espadanal — Cercal — Alentejo	1 160$00
Trabalhadores Paios, L.da — Montijo	38 778$00
Trabalhadores Sociedade Agro-Pecuária do Aviário Freixial, L.da — Quinta Casalinho — Freixial	7 045$00
Pessoal da Cerval — Rua Joaquim António Aguiar, 41-5.º D — Lisboa	11 579$10
Empregados da Cive — Rua Marquês Fronteira, 8-4.º — Lisboa	2 855$40
Pessoal da Câmara Municipal Arganil — Arganil	4 735$30
Empregados da Firma António B. Cunha S.	2 825$00
José Casimiro Pia e Gata — Montijo	360$00
Manuel de Jeus Sampaio — Amarante	240$00
Reformados da Indústria de Lanifícios Gouveia	8 850$00
António João Trindade Sardinha	500$00
José Lopes de Brito	150$00
António Joaquim Carvoeiras — Beja	500$00
Empregados da Firma António Pinto de Oliveira — Castro Daire	800$00
Empregados Cipriano C. da Silva — Rua Guerra Junqueiro, 22 — Odivelas	500$00
Operários de José António Fernandes Gonçalves — Vila Leonor, 1-2.º D. — Lisboa	1 736$00
António Guilherme Estrabecha — Montemor-o-Novo	300$00
Direcção Geral dos Serviços de Urbanização	100 000$00
Gualberto Gonçalves Silva — Avenida António Maria Jales, lote 2 r/c.	116$60
Pessoal da Metalúrgica Maxim — Rua D. Afonso Henriques — Bombarral	3 160$00
Manuel da Conceição Domingos — Campo Redondo — Colos	150$00
Empregados de Isac Nascimento da Silva Brito — Poça da Barca — Vila de Conde	605$00
Trabalhadores da Empresa Empec — Sines	15 467$00
Empregados da Farmante — Rua Pascoal de Melo, 124 A e C — Lisboa	3 751$20
Pescadores da Traineira Princesa do Mondego — Figueira da Foz	4 150$00
Patrões e Empregados da Embasul — Rua Dr. Alvaro de Castro, 44 r/c — Lisboa	1 080$80
Pessoal da Constrotel — Avenida da Liberdade, 244-1.º — Lisboa 2	4 823$00
Trabalhadores e Gerência de Ramiro Sousa, Sucrs. Filhos, L.da — Avenida Fernão de Magalhães, 1037 — Porto	2 000$00
Pessoal e Patrões da Firma Carlos Alberto Paulino, L.da	1 133$40
Pessoal da Companhia do Papel Prado — Rua do Telhal, 12 — Lisboa	502$90
Empregados de A. J. Tejo, L.da — Rua Antrave Corvo, 50-3.º Esq. — Lisboa	361$80
Pessoal da Fábrica Malhas Sidney — Figueira da Foz	38 954$00
Pedro Gonçalves Martins Nunes Afonso — Rua dos Cavalos, 21 — Serpa	170$00
Manuel Pereira — Estrada Nacional 50 cave — Póvoa de Santa Iria	123$00
Serviço de Fiscalização de Receitas — Companhia Caminhos de Ferro — Lisboa 2	1 911$70
Pessoal das Oficinas do Lumiar — Alameda Linhas de Torres, 238 — Lisboa	1 832$30
Pessoal da Firma J. Delgado 8 C.ª Malhas Deiga — Rua de S. Lázaro, 139-1.º — Lisboa	1 280$80
Empregados de José Carmo Malveiro e Eduardo dos Santos Figueiredo — Avenida Rainha D. Leonor, 9-6.º D. — Cova da Piedade	2 190$00
Pessoal da Sociedade Industrial de Vila Franca, S. A. R. L. — Rua dos Fenqueiros, 38 — Lisboa 2	5 059$60
Um grupo de Empregados de Firmas Montijo — Câmara Municipal de Montijo	10 895$00
Funcionários da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas — Repartição dos Serviços Administrativos	28 518$30
Trabalhadores da Agência de Turismo Moçambique — Avenida António Augusto de Aguiar, 9 B — Lisboa	2 223$00
Gerente e Trabalhadores da Proiar — Estrada Nacional, 165 e 188 — Baixa da Banheira	570$10
Empregados da Sociedade Cooperativa de Consumo Pragalense — Caiscadinha da Horta, 25 — Pragal	1 276$00
Pessoal da Neocel — Cabo Ruivo — Lisboa	4 260$60
Trabalhadores Rurais de Brinches — Brinches	2 670$00
G. Trabalhadores da Imperial Gabardina — Rua da Boa Vista, 69-1.º Esq. — Lisboa	966$60
Pessoal da Argibay Sociedade de Construções Navais e Mecânicas — Rua Castilho 90-r/c D. — Lisboa	37 200$00
G. Pessoal da Fábrica de Aços Tomé Feteira — Vieira de Leiria	19 705$00
Empregados da Catonave — Rua do Alecrim, 20 F r/c — Lisboa	2 257$80
Trabalhadores da Firma Olaio — Rua Ivens — Lisboa	4 287$00
D. L. Rodrigues dos Santos — Lisboa	500$00
Empregados da Firma Adelino Polido Chanoca — Azoia — Castelo — Sesimbra	2 520$00
Trabalhadores de Joaquim Pio 8 Martins, L.da — Importação — Exportação — Rua da Vitória, 7-2.º Dt. — Lisboa 2	2 149$10
G. Operários da Firma Confecções Modelo — Vila Nova de Gaia	700$00
Pessoal da Companhia Pescarias Algarve	10 412$30
Dr. Virgílio Moraes — Rua da Fez, 1044 — Porto	1 500$00
Trabalhadores da Assc. Regantes e Beneficiários e Campilhase Alto Sado — Alvalade — Alentejo	1 920$00
Pessoal das Firmas J. Oliveira e Rodrigues 8 Fróis — Rua Gomes Freire, 152 A — Lisboa e Rua Francisco José Vitorino, 10 A — Linda-a-Velha	600$00
Pessoal da Fábrica Nacional Munições de Armas Ligeiras — Moscavide	17 957$00
António Ramiro Rosa de Paiva — Rua José Falcão, 110 — Porto	505$00
Pessoal Soc. Emballag. Madeira Cabo — R. 2 Matinha e Braço de Prata — Lisboa 6	1 995$00
Trabalhadores do Serviço Inspecção de Caça e Pesca — Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas	297 624$70
Trabalhadores da Firma F. B. Estêvão Junier L.da — Avintes — Vila Nova de Gaia	3 400$00
Pessoal da Firma União Comercial de Representações Ferbale	5 418$20
Maria Augusta Silvana Diogo Rodrigues — Rua K, lote 13-7.º Esq. — Bairro Palmeiras — Benfica	300$00
Firma e Pessoal da Fábrica de Espelhos e Biselagem — Avenida Capitão Homem Ribeiro, 53 — Vieira	3 048$30
Pessoal da Sociedade Industrial de Sobrescritos, L.da — Rua Silva Carvalho, 59 — Lisboa	1 323$00
Maria Teresa e Viriato Camilo — Rua Dr. Manuel Arriaga, 11-2.º — Algés	1 000$00
Carlos de Oliveira Gonçalves — Fábrica de Faianças e Porcelanas — Loreto Estrada Velha — Coimbra	150$00
Dionísio Ricardo Ribeiro — 2057 — Reinbek — Lanjelsug 25 A — Hamburgo	400$90
Gualberto Gonçalves Silva — Avenida António Maria Jales, lote 2 r/c — Alenquer	42$60
Um grupo de emigrantes de Hamburgo em nome de Manuel de Matos Carvalho — 2000 Hamburgo 60 — Mildstieg 27	17 252$90
Aos funcionários das Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas — João Crisóstomo, 21	2 857$50
M. C. Esteves — Avenida Ferreira Lobo, 14-2.º Esq. — Caxias	260$50
Trabalhadores da Sociedade Comercial José Domingos Barreiro, S. A. R. L. — Rua Zófimo, 71 — Lisboa	2 729$20
Rogério Agostinho da Silva — Calçada da Quintinha, 9 B 1.º Frente — Lisboa 1	792$00
Trabalhadores da Fábrica de Talheres Jafe — Lages — Irivo — Paços de Sousa	694$70
Acácio Pereira da Silva — Vivenda Maria Mafalda — Bairro do Faicão — Arrentela — Seixal	325$00
Pessoal da Firma Sadop — Avenida 5 de Outubro 19-1.º — Setúbal	3 726$40
A Câmara Municipal de Sesimbra — Sesimbra	6 192$90
Pessoal da Firma Carlos Mendes da Silva — Boavista — Lavos — Figueira da Foz	1 140$00
Valdemar Fernandes dos Reis e Empregado — Largo Durbalino Laranjeira — S. João da Madeira	1 000$00
A transportar	1 631 543$50

PROGRESSISTAS E CONSERVADORES

Progressista é o que quer andar para a frente. Conservador é o que, por coisa nenhuma, quer mudar. No meio há uma data deles para quem tudo é indiferente...

Quando na vida de um povo se dá uma revolução, ou ela estala com violência que se vai amortecendo num vai-vem de acção e reacção mais ou menos violenta, ou se faz sem sangue e a acção e a reacção se mantêm pelo tempo fora até uma cansar, ou a outra desistir.

A revolução, fá-la o progressista. A reacção é obra do conservador. A vitória, alcança-a quem conseguir agitar, orientar e transformar a massa abúlica e desinteressada dos indiferentes.

Quer dizer, para uma revolução serena, pacífica, não violenta, poder ser levada a cabo, tem, forçosamente que conservar a força, o ânimo e a fidelidade ao seu ideário, ou seja, que se manter no seu progressivismo. E tem que absorver nele, cada vez em maior grau, profundidade e extensão, a maioria do povo.

E tem que ser implacável contra a reacção possível, não a deixando organizar-se nem agir livremente, retirando-lhe a possibilidade de comunicação e de movimentos. Tem que lutar empenhadamente contra todas as atitudes e formas de conservadorismo sejam quais forem os "travesti" com que ele se disfarce.

Dir-se-à que uma revolução orientada para uma democracia tem que adoptar logo métodos democráticos para se realizar. Cremos que não poderá ser tanto assim. O que tem — sim — é que preparar o meio social para uma existência em democracia. Para tanto tem que considerar o conservador como um inimigo da revolução, mesmo que, estabelecidas as bases de funcionamento das estruturas democráticas, possa, em termos de progressivismo, vir a admiti-lo como um puro e simples opositor crítico.

Ora nós estamos hoje — ainda — em plena gestão revolucionária, à procura das melhores formas para a consecussão do propósito democrático definido. Hoje ainda não podem considerar-se os conservadores como companheiros de trabalho ou factores úteis à gestão da democracia. São — sim — adversários a que se terá de retirar qualquer iniciativa ou vontade na acção. Muito menos se poderão considerar aproveitáveis como quadros nos escalões de decisão.

À medida que se forem institucionalizando novas estruturas, haverá que atender a este aspecto da neutralização da acção dos quadros conservadores, remetendo-os quando muito para escalões burocráticos. Isto quanto aos quadros conservadores.

Quanto à maioria despolitizada do povo português, há que estimular-se-lhe o interesse, que lhe abrir os olhos, que a despertar para os problemas e para a campanha activa do verdadeiro progresso social, económico, cultural...

Só quando isto houver sido alcançado no grau, na profundidade e na extensão bastantes para que se realize, de facto, a hegemonia progressista com apoio inteiro do povo, poderá considerar-se realizada a revolução e olhar-se o sector conservador com certa generosidade. Como um verdadeiro opositor crítico é porque este terá sempre que existir, porque há-de haver sempre gente que mesmo sem propriedade nem depósito bancário, só se lembra de si e de mais ninguém, de atavicamente habituada que foi a viver de rendimentos, de expedientes, da exploração do trabalho do seu semelhante ou dos seus bens e haveres...

Crónica

OS "BONZOS" E OS "CANHOTOS"

O partido democrático da primeira república tinha, como era natural, uma ala direita e uma ala esquerda. Eram os "bonzos" e os "canhotos", e foram aqueles — "os bonzos" — que criaram o ambiente propício ao 28 de Maio de 1926. Muitos deles se passaram, depois, para a ditadura salazarista, voltando ou continuando a manejar a economia, a avolumar os monopólios, a defender os latifúndios, e a distribuir, segundo lhes convinha, previlégios à aristocracia e à burguesia doirada.

Não foi aliás difícil aos "bonzos" transferirem-se para a corte do ditador, que, levantado em triunfo da sua modesta origem seminarista, tinha muito respeito pelo poder do capital, já que não se queria apoiar no da tropa que temia, nem do povo que desprezava.

Isolado em si mesmo, dono e senhor no meio de tudo e de todos, depressa se dispôs Salazar a fechar-se — cauteloso e calculista — na sua torre de marfim, para daí lançar uma campanha sistemática de destruição da instituição militar, e de neutralização do povo português, cuidadosamente conservado na sua pobreza de espírito e de corpo. Importava, porém, desfazer quanto nesse povo havia com os olhos abertos — de "canhotos" e seus afins — assestando contra esse sector assim perigoso aos seus propósitos, a polícia política, a censura, as diversas organizações de inspiração fascista e nacional-socialista e as pobres estruturas coorporativas.

Contudo, ninguém pode dizer não ter havido certa pureza na revolução do 28 de Maio. Só que, a par dos ideias puros que animaram os revolucionários houve também muita incapacidade política e administrativa,e, principalmente, uma tremenda ingenuidade. E foi assim que os homens verdadeiros do 28 de Maio foram logo afastados, e chamados os "bonzos", os militaristas, os párias da glória e os fascistas e nazis, para montarem a máquina do chamado estado novo.

E assim passou Portugal quarenta e oito anos, enriquecido por uma guerra de que se manteve orgulhosamente à margem, e arruinado — depois — por outra guerra que o situou no mundo, orgulhosamente só! E nele, nesse Portugal assim tratado, se foram mantendo os "bonzos", defendidos pelo círculo fechado das fortunas acumuladas no meio da pobreza de espírito e de corpo dum povo desprezado, a que só os "canhotos" — novos e antigos — deram vida mesmo na clandestinidade e na prisão.

Ao 25 de Abril de 1974 — e mais particualrmente ao 28 de Setembro — não falta pureza igual a quantos, no 28 de Maio de 1926, quizeram dominar o poder capitalista, acabar com os monopólios e instituir uma maior justiça social. Só que desta vez houve um programa revolucionário em que não foi posta de parte a ala esquerda da democracia. Por isso esbracejam os "bonzos" ao verem os "canhotos" a tomar as suas posições. Desta vez, já não haverá a mesma incapacidade política e administrativa, nem aquela ingenuidade que levou, naquele tempo, os militares, a entregarem a cidade ao "rei", por não saberem o que lhe haviam de fazer. É que hoje sabem!...

Sabem que a condição de militar — numa verdadeira democracia — se identifica mais com o povo do que com o resto, e que o povo é toda a gente que vive do seu trabalho e daquilo que produz, e não de rendimentos ou expedientes. Sabem que o capital só é força a aproveitar na medida em que resulta do produto do próprio trabalho e não da exploração gananciosa do trabalhador. Sabem que o poder económico não colaborante pode ser substituído pela participação dos que trabalham desde que saibam trabalhar e produzir cada vez mais e melhor.

Ora o que se passa hoje em Portugal, é que, depois duma florida revolução, há quem confunda naturais dificuldades de reestruturação, com incapacidade, e generosidade, com ingenuidade, na esperança vã de ver repetidos erros do passado. Só que se esquecem que as Forças Armadas têm hoje o seu programa a cumprir para e com o povo a que pertencem.

Não estão sozinhas como então ficaram, depois do 28 de Maio, nem estão dispostas a permitir que a democracia que prometeram a esse povo, venha a ser outra ditadura. Depois do 25 de Abril, o 28 de Setembro já mostrou que os erros não são para repetir, e que as forças armadas já não são apenas a hierarquia fiel e a disciplina cega a este ou aquele sistema de governo. São hierarquia que se faz valer e disciplina em que se consente porque nela se participa. E é por isso que, seja quem for que tente movê-las contra os interesses do povo, decerto não terá tropas para comandar.

Nas manifestações do 7 de Fevereiro — uma data que não pode ser esquecida — o povo não cumpriu uma notificação do governo civil de Lisboa. Mas nem por isso deixou de demonstrar o seu respeito pelas Forças Armadas e pela autoridade. Claro que a desobediência vai ser explorada pela reacção e pelos seus "bonzos", mas é bom que ninguém esqueça que, a despeito do teor dos "slogans" dos manifestantes, não se partiram desta vez as montras da avenida Duque de Loulé, como tantas vezes aconteceu antes do 25 de Abril, no tempo do outro regime.

É que o povo começa a compreender que a liberdade controlada é mais forte do que qualquer outra, que, dada de bandeja, pode ser dissipada indiscriminadamente como dinheiro ganho ao jogo, que se perde sem se gozar. Também começa a compreender que as forças armadas, mesmo se dispostas para prevenir contra o possível insólito, não estão para reprimir o povo de qualquer maneira. Até estão — como aconteceu no 7 de Fevereiro na Praça Marquês de Pombal — para assumir por ele responsabilidades, o que é sinal de confiança e sintoma de verdadeira identificação.

Que a reacção, portanto — e os seus "bonzos" — antes da exploração da ocorrência ... e da desobediência, pense é repense no que uma e outra representam...

É que hoje, é tanto mais grave abusar da liberdade generosamente dada de bandeja para reagir e especulae, quanto é triste dissipar o dinheiro que se ganhou ao jogo ou de qualquer outra maneira inconfessável só para não participar no nosso futuro. Calem-se, pois, os "bonzos" e contentem-se com o que, no passado já ganharam. E que os "canhotos" também não corram a foguetes e saibam por onde passa o risco que não devem pisar, não vão assim servir propósitos dos que querem parar o movimento de que já estamos animados...